



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 17 DE**  
**FEVEREIRO DE 2012:-----**

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e dez minutos, teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1-TOMADA DE POSSE DE HELDER LUIS DOS SANTOS PEREIRA COMO ELEMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;
- 1.2-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011;

**II- ORDEM DO DIA**

- 2.1-PROPOSTA DE VOTAÇÃO DE UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL CORDEIRO COSTA;
- 2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3-3ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APROVAÇÃO;
- 2.4-PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5-APRECIÇÃO DO QUARTO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO;
- 2.6-ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2012 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;
- 2.7-ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012 DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/CONHECIMENTO;
- 2.8-ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS E INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO= ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO NOS ESTATUTOS ( Nº 1 ARTº 1º ) PARA " ACEN-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL" = APROVAÇÃO;
- 2.9-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA- MOÇÃO " PARA QUE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM SEJA PAGA DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E NÃO PELOS CONSUMIDORES/ PROPOSTA DE EMISSÃO DE UMA MOÇÃO DE IDÊNTICO TEOR;
- 2.10- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO- 2011/CONHECIMENTO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2.11- COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - COMISSÃO ALARGADA= DESIGNAÇÃO DE 4 PESSOAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO;
- 2.12- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO DIA DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O SÁBADO= APRESENTADA PELO MEMBRO MANUEL LUIS LEITÃO MORAIS;~
- 2.13- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012= 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

### III- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Hélder Luís Santos Pereira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, José Marques Duarte da Cruz e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência da Sra. Deputada Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz que justificou a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: TOMADA DE POSSE DE HELDER LUIS DOS SANTOS PEREIRA COMO ELEMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. Foi dada posse a Hélder Luís dos Santos Pereira como membro do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Paula Francisca Gomes, Fernando Abel, Inês Matos e Fernando Costa.

Dada a palavra à Sra. Deputada Paula Francisca Gomes esta fez a intervenção que consta do anexo nº1 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia e uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção disse aceitar o silêncio dos Srs. Deputados como uma aprovação tácita de que o nome de Mário Ribeiro de Azevedo seja perpetuado numa das ruas da Cidade. Disse ainda que os cidadãos são para ser lembrados sobretudo quando a sua memória merece ser perpetuada como é o caso presente, por isso solicitava ao executivo que tomasse as providências necessárias para dar cumprimento a esta deliberação da Assembleia Municipal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que solicitou uma explicação ao executivo sobre o caso de uma buldozer comprada em segunda mão no ano de 2006 com o propósito de em conjunto



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com as Juntas de Freguesia poderem fazer uma boa parte dos trabalhos necessários sem ser preciso recorrer à contratação de serviços, o que achava ser uma boa iniciativa. Solicitava alguns esclarecimentos devido ao que se passou a seguir com a referida máquina. Era verdade que esta máquina usada custou 24 mil euros? Era verdade que a Câmara e as Juntas de Freguesia participaram em partes iguais na sua compra? Pelo que constatou junto de pessoas entendidas o valor da máquina aquando da sua aquisição estava sobrevalorizado, salvo se estivesse em muito bom estado. Sabia-se que a Câmara teve que investir muito dinheiro na sua reparação para que a máquina ficasse operacional. Pouco se sabia sobre o número de horas em que a máquina foi utilizada. Perguntava se ao menos pagou o investimento? Naturalmente importava saber quais as Juntas de Freguesia que viram refletidos os trabalhos da máquina de acordo com as suas participações, porque também elas devem explicações aos seus fregueses. A seu ver também a Câmara não poderia colocar a venda desta máquina em hasta pública sem o acordo expresso das entidades que colaboraram na sua aquisição: as Juntas de Freguesia. Ficou surpreendido pelo valor colocado na hasta pública, 4 mil euros que representavam seis vezes menos do que o custo da aquisição, sem contar com os outros custos de reparação. Questionava o modo como se fez uma aquisição de um equipamento considerado necessário por 24 mil euros, gastava-se não sabia quanto para o ter operacional e depois vendia-se pela sexta parte do valor da aquisição. Teria que tirar algumas conclusões, ou o equipamento foi sobrevalorizado na altura da aquisição e foi um mau negócio ou vieram a refletir-se outros danos não verificados aquando da sua aquisição e que se traduziram em custos acrescidos e aqui a Câmara deveria intervir junto do vendedor dizendo que tinha sido enganada. Duma coisa tinham a certeza, ou foi um péssimo negócio na compra, ou foi um péssimo negócio na venda. Não tinha também qualquer dúvida de quem ficava a perder, era mais uma vez o cofre da Câmara Municipal. Neste estado de aflição a que as finanças do Município chegaram importava refletir nas decisões, pois além de nós, existe um povo, um Conselho com História e uma esperança grande no futuro.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que foram ditas algumas coisas que não correspondiam à verdade. Solicitava que quando se quisesse fazer intervenções como esta se procurasse ter uma melhor informação junto de quem teve intervenção no processo. As Juntas de Freguesia não tiveram que despendere um euro do seu orçamento, simplesmente no ano da aquisição à verba que seria transferida para as Freguesias foram retirados 12 mil euros que foram divididos igualmente pelas nove Juntas de Freguesia. O preço pago na aquisição da buldozer foi o que os entendidos no mercado avaliaram, o que não era o seu caso. A máquina serviu durante alguns anos, fez trabalhos que hoje se podem ver, nomeadamente a abertura de caminhos florestais cuja manutenção hoje é feita pelos meios que a Câmara dispõe. Esta máquina num trabalho que estava a executar na parte sul do Conselho, não se lembrava onde, avariou, avaria esta cujo concerto era demasiado elevado para o proveito que se estava na altura a tirar da máquina, isto por duas ordens de razão, primeiro porque não se tinha manobrador disponível para esta máquina, uma vez que o que havia estava com contrato que terminou e outra porque a deslocação da máquina se fazia em plataforma que era emprestada por duas empresas do Conselho que hoje não existem e portanto a partir daí a deslocação da máquina seria mais um encargo para a Câmara. Ponderando estas situações, concerto da máquina (6 a 7 mil euros), desvalorização do equipamento, etc. foi decidido vender a máquina, que foi vendida por 6 mil e 500 euros e a base não eram os 4 mil mas sim 4 mil e 500 euros. Mau negócio teria sido manter a buldozer a apodrecer, seria também a Câmara continuar a pagar os seus seguros sem ser utilizada, portanto as decisões são para ser tomadas mediante as situações que se vivem, foi decidido vendê-la e na sua opinião foi bem vendida.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que disse não trazer questões para causar aborrecimentos, é evidente que quando se colocam questões são para solicitar esclarecimentos. Colocou questões conforme a informação que tinha e o seu conhecimento e mediante isso solicitou esclarecimentos.



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não discutia a forma como a máquina foi adquirida, mas entendia que as Juntas de Freguesia deviam ter verbas para poderem trabalhar e terem a sua autonomia. No entanto chegava à conclusão de que quando a máquina foi comprada não estavam reunidas as condições para o fazer.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que fez a intervenção constante do anexo nº2 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que disse interessar a esta Assembleia tudo o que diz respeito a Santa Comba Dão, no entanto gostaria de saber se se tratava de pôr o interesse de Santa Comba Dão à frente dos interesses nacionais ou se se tratava de reivindicar a manutenção do Tribunal tal como está por uma questão de justiça. A primeira hipótese queria dizer que a proposta do Governo não é fundamentada ou bem refletida na medida em que vem propor uma reforma de um sistema que acaba por não se justificar. Ficava dividido, apoiava a reivindicação da manutenção do Tribunal de Santa Comba Dão com as competências que tem atualmente, mas registava também que os membros locais do PSD não concordavam com pelo menos esta política do Governo e até gostaria que não concordassem com muitas outras.

Esta moção posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Costa que começou por dizer que hoje a palavra igualdade passou a ser sistematicamente substituída pelo sinónimo equidade, vinha isto a propósito do corte da iluminação pública em Pinheiro de Ázere. Podendo vir a ser acusado de falar antes do tempo e porque aceitava a redução da fatura da luz pública vinha pedir ao Sr. Presidente da Câmara que dê instruções para que essa redução se faça também no Largo do Coreto, sítio onde reside o Presidente da Junta de Freguesia que julgava ser igual aos seus fregueses e outros munícipes para o bem e para o mal. Solicitava também que de imediato fosse feita uma vistoria noturna a toda a freguesia no sentido de serem repostos alguns candeeiros que foram indevidamente desligados e que junto da EDP se reclame que nos últimos tempos a reparação de avarias na iluminação pública não está a ser efetuada apesar da reclamação dos moradores, havendo ruas com meia dúzia de candeeiros seguidos apagados. Esclarecia que o Presidente da Junta de Freguesia referido era ele.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que se podia assistir a mais oito intenções iguais, pois o que se passa em Pinheiro de Ázere também se passa nas outras Freguesias, havendo portanto equidade ou igualdade. Este projeto de redução da fatura energética não é só de Santa Comba Dão mas Nacional. Foi pedido que os Presidentes de Junta se envolvessem nesta fase e foi dito também para que depois do processo concluído se reunissem todas as reclamações para que a EDP faça depois as retificações. Ele tinha também uma reclamação a fazer para que apagassem um candeeiro à sua porta que está a mais. Haverá situações que não foram bem ponderadas pois a maior parte do projeto foi feito durante o dia e não houve a perceção que haveria se fosse feito à noite, tem feito algumas verificações à noite e tem a perceção que haverá ainda sítios onde poderão ser desligados mais candeeiros, nomeadamente junto a pinhais, havendo também outros onde será necessário reacender alguns. A Câmara aguarda agora pelas reclamações para poder retificar algo que esteja mal.

O Sr. Deputado Fernando Costa voltou a referir que o que tinha pedido era que fosse desligado o candeeiro à sua porta.

Seguiu-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: PROPOSTA DE VOTAÇÃO DE UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL CORDEIRO COSTA.

Foi apresentado pela Mesa a proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Cordeiro Costa que constitui o anexo nº3 desta ata fazendo parte integrante da mesma.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho dizendo que concordava com o voto de pesar apresentado propondo também que fosse dado o nome do Sr. Manuel Cordeiro Costa a uma rua em Santa Comba Dão ou Vila Pouca.

O Sr. Presidente da Assembleia aceitou a proposta e dirigiu-a aos Srs. Deputados que a aprovaram por unanimidade.

O voto de pesar apresentado foi também aprovado por unanimidade sendo de seguida guardado um minuto de silêncio em memória do Sr. Manuel Cordeiro Costa.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este em relação à informação dada aos Srs. Deputados sobre a atividade do Município, anteriormente disponibilizada, focou em pormenor o setor do Ambiente que tem conseguido executar os trabalhos que lhe estão distribuídos. Considerou que eram de realçar os serviços executados pela Câmara Municipal com os seus próprios meios. Em relação à situação financeira referiu que ainda não havia dados de janeiro de 2012 devido a uma alteração que foi feita para o fecho de contas. Em relação ao fecho de contas de 2011 disse que as indicações eram boas, embora o fecho tivesse um saldo negativo de cerca de 250 mil euros havendo no entanto proveitos de valor elevado que a serem recebidos em 2011 dariam um fecho de contas positivo. Realçou o facto de a despesa ter baixado em cerca de 3 milhões e 400 mil euros o que levou a despesa total da Câmara para níveis compatíveis para o que tem sido a receita e se esta em 2011 fosse idêntica à de 2010 o resultado seria ótimo, fechando-se o ano com um saldo positivo de cerca de 800 mil euros. Esta diminuição da despesa é mesmo sustentada. Referiu depois as principais rubricas onde ela diminuiu. Informou também que o valor dos créditos sobre terceiros era de perto de 2 milhões de euros. Focou em particular os valores do IMI nos últimos anos e a sua variação, realçando que em 2013 e 2014 estes valores serão substancialmente mais elevados, talvez para mais do dobro em resultado da obrigatoriedade de reavaliação de todos os prédios e então aí poderá dar-se o caso de se terem taxas mais baixas. Focou também os valores do IMT realçando a sua grande baixa em resultado de não haver transações. Referiu ainda os valores dos outros impostos (circulação automóvel e derrama que em 2011 também teve algum aumento).

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que solicitou informação sobre a situação do futuro canil, chamando a atenção para os prejuízos constantes causados pelos animais vadios e abandonados, dando alguns exemplos e as consequências que acarreta a reação das pessoas prejudicadas que para se defenderem podem tomar atitudes cruéis para os animais. Ainda sobre a atividade da Câmara lamentou que a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios fosse a verba mais baixa das que constavam do quadro referente às intervenções diversas da Câmara em 2011. Referiu depois que constatou que pelo menos dois caminhos florestais que utilizou estavam intransitáveis e dado o ano seco que estamos a sentir e sendo necessária a sua utilização pelos Bombeiros isso será bastante difícil. Por isso apelava à Câmara para que na medida das suas possibilidades apoiasse as Juntas na resolução destes problemas, que para além do perigo de incêndios poderão dar origem, se estiverem abertos a que haja mais pessoas a darem os seus passeios. Em relação à informação financeira disse congratular-se pelo facto de haver alguns aspetos positivos no domínio das receitas e na perspetiva do seu aumento. Lamentava que a possível descida da taxa do IMI, a acontecer quando a Câmara tiver situação que o permita, venha a verificar-se quando houver já muitos prédios que possam estar degradados.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que sobre o canil disse que o mesmo seria Intermunicipal, estava-se à espera que abrisse uma candidatura que possa vir a financiar este projeto, o terreno existe, o projeto está pronto, mas não há ainda possibilidades de o candidatar. Envolverá uma verba de cerca de 300 a 400 mil euros e conseguindo-se uma comparticipação de 85% a verba que caberá a cada



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara será diminuta. Se não houver candidatura mais tarde ou mais cedo as Câmaras terão que avançar com o projeto. Referiu ainda que as situações postas devido à existência dos cães vadios não ficariam resolvidas pois será muito difícil apanhar os animais que andem pelos pinhais embora o projeto preveja a aquisição de uma viatura para a sua recolha. O canil não resolverá todos os problemas mas irá minimizá-los. Em relação à Proteção Civil, não havia razão para lamentos pois a Câmara investe e muito nos Bombeiros, até mais do que lhe compete. Referiu o caso recente dos estragos na ponte de Nagozela, na Ecopista, cujo concerto andarà pelos 17 mil e 500 euros devido à sua utilização indevida, irregular e ilegal por parte dos Bombeiros ao passarem com um veículo pesado contra o plano de segurança que era do seu conhecimento. Em relação à limpeza das matas, esta é da responsabilidade dos proprietários, a Câmara e as Juntas de Freguesia têm a responsabilidade de limpar os caminhos. Os grupos da GNR deviam andar nos caminhos e multar os proprietários que não limpam as matas. A Câmara e as Juntas fazem aquilo que podem e muitas vezes acima das suas competências e não via onde a Câmara pudesse fazer mais.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: 3ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente das Câmara este disse que o pedido de alteração tinha a ver com a passagem de uma zona que estava em Reserva Agrícola Nacional para Zona Industrial para ampliação de um pólo no Parque Industrial da Guarita. Uma empresa que está instalada no parque necessita de mais área para a construção de pavilhões na intenção de aumentar a sua produção e assim criar mais emprego.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que a proposta já tinha sido aprovada na Assembleia Municipal, tendo-se seguido o período de discussão pública onde não se verificou a apresentação de sugestões, observações ou pedidos de esclarecimentos. Assim regressou à Assembleia Municipal para aprovação definitiva não tendo sofrido qualquer alteração ao apresentado inicialmente.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a proposta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: APRECIACÃO DO QUARTO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez a apresentação deste relatório através dos valores constantes de gráficos que foram distribuídos na documentação fornecida aos Srs. Deputados comparando os valores previstos no PSF e os valores reais que se verificaram na execução em 2011 nas várias rubricas. Na despesa a maioria das rubricas teve um valor inferior ao previsto sendo de referir a verba na Aquisição de Bens de Investimento que teve um valor substancialmente inferior. Do lado da receita o comportamento não teve os resultados esperados penalizando assim o resultado final, tendo-se verificado a maior penalização na Venda de Bens de Investimento pois apesar de se terem efetuado várias hastas públicas para venda de património estas não tiveram resultados positivos, uma vez que o mercado se encontra sem capacidade de investir, assim não se verificaram a maior parte das receitas extraordinárias previstas. Referiu depois as novas regras para o controlo das despesas das Autarquias constantes do Orçamento de Estado para 2012. Estas regras encontram-se explanadas na Introdução constante da informação sobre a situação financeira do Município que faz parte do ponto dois ponto dois e é expressa em sete pontos. Concluiu que o objetivo tem sido conseguido e em 2012 será necessário continuar com o mesmo rigor que se tem tido.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que referiu não haver dúvidas de que o cumprimento do PSF está a ser conseguido, mas o problema não é a sua execução, o problema está na origem do próprio



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PSF que tem uma expectativa de receitas muito altas e por isso também as expectativas de despesas o podem ser. O problema é que com a conjuntura que se verifica, as receitas que estão fora do controlo do Executivo apresentaram valores inferiores ao esperado e portanto as despesas que tinham sido previstas tendo em conta um comportamento não pessimista das receitas, tiveram expectativas elevadas. A ação do executivo no cumprimento do PSF não poderá pautar-se pelo que estava previsto, mas sim pela maior redução possível das despesas que é o único elemento em que pode ter alguma influência, porque nas receitas onde pode ter alguma influência como a venda de património está visto que não tem garantia nenhuma na obtenção de qualquer receita que era previsível há um ou dois anos atrás. É por isso que a grande parte do cumprimento do PSF se deve à redução enorme na Aquisição de Bens de Capital apesar de se ter com isso um impacto negativo no Concelho.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por analogia focar a afirmação de um ex governante dizendo que as dívidas das Autarquias à semelhança das dívidas do Estado também não são para ser pagas. Era óbvio que a afirmação foi dita num determinado contexto e tinha alguma razão para ser dita e alguém pegou nas palavras de José Socrates e utilizou-as como quis, mas infelizmente a política é isso mesmo e tornou-se numa má política. É óbvio que as dívidas do Estado são para irem sendo pagas, não é para serem pagas, mas têm que ser sustentáveis e a partir do momento em que não o são entra-se no colapso e foi nisso que Portugal entrou nos últimos anos, não por uma bolha imobiliária, mas na sequência de muitas más decisões que foram tomadas ao longo de décadas e que nos conduziram à situação atual. A nível local a situação é igual, sendo diferente numa ou outra Autarquia do País, mas muito poucas. As dívidas são para se pagar, concordava, deveriam ser pagas mais rapidamente aos fornecedores locais, sobretudo, porque a economia local estagnou e está a entrar em declínio. Os fornecedores locais vivem infelizmente muito à custa das Autarquias. A economia local vive e sempre viveu muito agarrada à Câmara Municipal. Em tempo de vacas gordas, em que havia muito dinheiro foi muito mais fácil gerir, porque havia dinheiro para pagar e provavelmente nunca se chegou a este ponto. A situação já não é o que era e quem quiser ignorar isso está fora da realidade. Congratulava-se com o esforço feito, isso era demonstrativo pelo corte da despesa, a receita não subindo, a despesa tem que descer. O Orçamento de Estado para 2012 ao prever a entrega à Câmara Municipal da verba retida devido ao incumprimento dos limites de endividamento (1 milhão e 300 mil euros) para pagamento das dívidas aos fornecedores era excelente, pois permitiria que muitas empresas tirassem a “corda do pescoço” e iria mantê-las vivas por algum tempo até que começemos a entrar em crescimento, o que na sua opinião ainda iria demorar algum tempo. Congratulava-se com o esforço e esperava que a situação melhorasse.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a projeção que tinha sido feita foi baseada em dados anteriores, como todas as projeções são feitas. Achava que devia ser feita uma análise mais rigorosa aos números do relatório que são números e são factos. Todos entendiam o esforço que foi feito, gostava que lhe fosse dado um exemplo: de quem neste País conseguiu reduzir de um ano para o outro a despesa em 29% e de quem conseguiu reduzir a despesa anual de 12 milhões de euros para 8 milhões e 500 mil euros. O Sr. Deputado Boto Martins salientou, pois gostam sempre de salientar o que aparentemente é negativo e aparentemente é negativo ter-se reduzido substancialmente do lado das despesas de investimento, sempre disse que era fácil baixar as despesas do lado do investimento, bastava cortar, o problema é nas despesas correntes, aquelas que efetivamente se tinham que suportar e aí como o Sr. Deputado reparou foram do lado do Pessoal 542 mil euros por ano e na Aquisição de Bens e Serviços cerca de 720 mil euros. Era uma redução por ano de 1 milhão e 260 mil euros, isto na redução de dois itens de despesa corrente e que não têm nada que ver com investimento. Era assim porque houve melhor eficiência, foram feitos melhores contratos e os serviços foram feitos com menos pessoas. Isto é que devia ter sido referido e salientado, nunca estava à espera que da bancada do PS viesse qualquer tipo de elogio,



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para ele isso não é novidade e não o afetava nada, pois tem consciência de que o que está a ser feito está a ser bem feito, tem consequências no futuro e tem consequências em colocar definitivamente a Câmara a gastar aquilo que tem, coisa que Sr. Deputado nunca foi feito na Câmara de SCDão.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que realmente nunca se tinha conseguido fazer uma redução tão grande nas despesas da Câmara de SCDão, nem nos últimos seis anos. Aliás nos últimos seis anos houve um aumento das despesas relativamente a cada ano anterior e o que queria dizer é que efetivamente o esforço que tem que ser feito é no domínio das despesas, porque das receitas não é possível controlá-las ao passo que nas despesas há alguma possibilidade. Não tinha vindo fazer uma crítica, veio fazer uma constatação e a afirmação de uma opinião. Não estava ali para criticar. Achava que já o tinha congratulado algumas vezes, mesmo não contando as vezes em que foi ligeiramente irónico.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que tinha dito que nunca foi colocada a despesa ao nível da receita. Isso nunca foi feito antes.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia tomou conhecimento do ponto.

Passou-se para o ponto dois ponto sete: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012 DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia tomou conhecimento do ponto.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS E INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO= ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO NOS ESTATUTOS ( Nº 1 ARTº 1º ) PARA " ACEN-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL" = APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou a Assembleia que a designação inicialmente dada e que constatava dos Estatutos, aprovada em sessão desta Assembleia não foi aceite pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas. Assim de três novas designações propostas pela Câmara foi aceite a de "ACEN-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL", sendo agora necessário aprová-la em Assembleia Municipal e alterar também os Estatutos.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo esta nova designação aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA- MOÇÃO " PARA QUE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM SEJA PAGA DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E NÃO PELOS CONSUMIDORES/ PROPOSTA DE EMISSÃO DE UMA MOÇÃO DE IDÊNTICO TEOR.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que se tratava de uma taxa de pequeno valor e a ele não fazia diferença nenhuma que fosse a empresa a cobrar-lhe a taxa ou que fosse o Município. Se fosse a empresa a cobrar pagará provavelmente a mesma coisa que pagaria se a taxa vier expressa na fatura com o fim a que se destina. Portanto o resultado será sempre o mesmo seja a empresa a cobrar diretamente ou a imputar ao consumidor na fatura que nos apresenta, a fatura será sempre a mesma pois a empresa não irá pagar do seu bolso diminuindo a margem de lucro para benefício dos munícipes que pagam a taxa.

O Sr. Presidente da Assembleia informou o Sr. Deputado que não era essa a leitura que fazia da moção. O sentido da moção era para que as empresas de telecomunicações passassem a suportar diretamente a taxa e não os consumidores e também que fossem previstas sanções para as empresas que não efetuassem o respetivo pagamento aos municípios. Foram lidas as deliberações constantes da moção para melhor esclarecimento.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Deputado Boto Martins continuou dizendo que estava de acordo com a moção, defendia era que na sua opinião o resultado final, seja a taxa paga pelo consumidor final ou seja a taxa paga pelas empresas, será sempre o mesmo, o dinheiro sairá sempre do bolso do consumidor.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que estando nós num sistema democrático, queria acreditar no sistema e na boa fé das pessoas, não estava em causa ser uma taxa pequena, estava em causa o funcionamento da democracia e a força da Assembleia da República.

Estando tudo esclarecido passou-se para a votação sendo a proposta de emissão de uma moção de idêntico teor aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto dez: RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO- 2011/CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia tomou conhecimento do relatório.

Seguiu-se para o ponto dois ponto onze: COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - COMISSÃO ALARGADA= DESIGNAÇÃO DE 4 PESSOAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO.

Pelo PPD/PSD foram indicados: Leandra Margarida Prata Cordeiro, Ana Cristina Garcês Ferreira Soares Vieira Lima e José Luís Henriques Figueiredo. Pelo Partido Socialista foi indicada Ana Paula Silva Figueiral Ferreira. Estas indicações foram aprovadas por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto doze: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO DIA DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O SÁBADO= APRESENTADA PELO MEMBRO MANUEL LUIS LEITÃO MORAIS.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Morais este justificou a apresentação da proposta dizendo que assim se iriam ajudar os munícipes a participar nas sessões, não só resolvendo os seus problemas, tornando-as mais participativas, não havendo depois a desculpa de que as sessões eram marcadas para a disponibilidade de alguns e portanto usarem esta Assembleia para aquilo que foi criada: para discutirem situações, problemas e soluções não só de interesse individual como comum. Esperava que a proposta fosse votada positivamente por todos, não existindo assim entraves para os Santacombadenses estarem mais perto da Assembleia.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a proposta rejeitada por maioria com 17 votos contra do PPD/PSD, uma abstenção do PS (Sr. Deputado Hélder Pereira) e 11 votos a favor dos restantes Deputados do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto treze: MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012= 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou a apresentação desta primeira revisão com a necessidade de reforçar dotações de receita e despesa que não tinham as verbas necessárias e a abertura de novos projetos nas GOPS (introdução das verbas do empréstimo a curto prazo, Projeto de Informação Geográfica do Concelho, Protocolo estabelecido com a APPCDM para a construção do Lar Residencial em Vila Pouca, introdução do custo do Programa da Rede de Bibliotecas de Santa Comba Dão, aumento das transferências para as Juntas de Freguesia em virtude de ser necessário proceder ao pagamento de uma coima à Junta de Freguesia de Treixedo mas que é da responsabilidade da Câmara Municipal em resultado de uma queixa que foi feita, introdução da dívida transitada de 2011 em virtude de não se ter concretizado a venda de património, transferência de verbas para a Escola Profissional para algumas obras e concerto de um posto de transformação que foi vandalizado, reforço das verbas para a Ecopista devido aos estragos causados na ponte de Nagozela e pagamento das quotas ao ITECONS).



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo esta revisão aprovada por maioria com 19 votos a favor (17 do PPD/PSD e 2 do PS – Srs. Deputados Hélder Dias e José Cruz) e 10 abstenções dos restantes Deputados do PS.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. Luís Carlos Tavares de Santa Comba Dão que referiu ter perguntado na última sessão desta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara se o jardim junto à Igreja da Misericórdia era para ficar como está, agora apercebia-se que sim uma vez que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que as despesas de capital, os investimentos ficavam parados, portanto o jardim era para ficar assim pois não percebia porque passado tanto tempo a situação se arrastava. Perguntava também aos Srs. Deputados, pois enquanto público fazia um esforço para estar presente nas Assembleias Municipais, porque não facilitar aos munícipes o estarem presentes nas sessões, se não ao Sábado, num horário pós laboral, Sexta-Feira à noite, quinta-feira à noite. A maior parte das Assembleias do País têm este sistema, achava que era um bom sinal que a Assembleia dava aos seus munícipes, um esforço nesta altura de crise, nesta altura em que é preciso um esforço de todos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que obviamente o jardim não era para ficar assim, não disse que ia cortar nos investimentos todos, disse que se estava a cortar no investimento. Os investimentos feitos com pessoal da Câmara Municipal também são Despesas de Capital, mas o munícipe esquecia-se, propositadamente ou não, que a Câmara não é da freguesia de Santa Comba Dão, é do Concelho todo e há intervenções em todo o Concelho com a colaboração das freguesias que são nove, havendo prioridades definidas. O jardim claro que é para acabar, mas vai aguardar a oportunidade de outras obras que estão a decorrer e mais urgentes possam ser concluídas. Entendia a pressa, mas se calhar ele tinha a vantagem de ter ido viver para uma freguesia vizinha e isso permitia-lhe uma visão mais global dos problemas do Concelho e não pensava só na sua terra. Não há possibilidades de fazer tudo ao mesmo tempo, vão-se definindo prioridades, a seu tempo chegará a altura de retomar as obras no Jardim da Misericórdia.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Feliciano Sousa Lima de Santa Comba Dão que referiu ter há quatro anos solicitado por carta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba Dão para que fossem dados dois nomes a ruas de Santa Comba Dão: primeiro o Sr. Caetano de Figueiredo Ferreira que já tem o nome numa rua e segundo o Sr. Dr. José António Marques, natural de São Joaninho, que foi a pessoa que colocou a luz elétrica em Santa Comba Dão, administrador do Concelho de Santa Comba Dão na altura, passando depois a ser Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que numa próxima Assembleia poderiam ser tomadas as medidas necessárias se algum dos Srs. Deputados tomasse essa iniciativa. Registava com agrado a intervenção do público a propósito das figuras que se vão apagando e desaparecendo da memória coletiva, sobretudo aquelas que fizeram alguma coisa.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que o nome do Sr. Dr. José António Marques tem sido já falado algumas vezes e na sua opinião devido à importância que teve para Santa Comba Dão merecia não uma rua mas uma avenida. Se não for a Assembleia ele próprio irá propor à Comissão de Toponímia a atribuição do nome do Dr. José António Marques a uma avenida.

Pediu também a palavra a Sra. Deputada Inês Matos para responder à questão colocada relativamente à proposta para mudança do dia das sessões da Assembleia Municipal. A proposta foi feita, tinha os argumentos que não serão melhores que os seus ou de qualquer outro Deputado, respeitava-os, assim como tinham que respeitar os seus. Tinha um filho pequeno que passava o dia todo na escola porque



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a mãe trabalha e gostaria de lhe dispensar o fim de semana. Estava até neste caso em trabalho pós laboral, não estava em horário laboral a cumprir estas funções, fá-lo-ia com certeza na mesma até porque a Lei o permitia. Achava que essa experiência já tinha sido feita nesta casa e já tinha sido dado a entender por vários Deputados, alguns até da bancada do PS que não tinham disponibilidade para estarem presentes ao Sábado. Portanto essa experiência já foi feita e gostava de saber se foi por isso que as pessoas vieram mais ou fizeram valer melhor os seus direitos, porque a Assembleia Municipal é o Órgão Autárquico próprio para todos fazerem as suas reclamações, havendo vários meios para o fazer também quer por escrito, quer pessoalmente na rua. Não encontrava uma razão tão forte para que isso fosse feito e por isso votou contra, porque tinha família e gostava de dedicar o fim de semana à sua família. No entanto se a maioria votasse a favor teria que aceitar.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que de facto já tinha havido uma sessão ao Sábado, no dia 15 de dezembro de 2007, tendo proposto na altura a possibilidade da realização das sessões ao Sábado o que não foi bem entendido. De qualquer modo não ficava invalidado que por motivos que achasse convenientes, até para poder aferir a reação dos Srs. Deputados e da comunidade em geral pudesse no futuro convocar uma sessão para o Sábado. A marcação das sessões era da sua competência, não sendo uma posição arbitrária naturalmente.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e a participação de todos, dando pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

*Amalard*  
*Fernando Marques Sousa Celso*  
*Colo Sousa*

Aprovado por  
União Municipal em  
reunido ordinária de  
A. M. Santa Comba Dão de  
14/02/2012  
o 1.º Secretário de  
Município

A meio n.º 1

O quotidiano de um concelho faz-se, muito, pelas pessoas que nele vivem!

Em Santa Comba Dão não é diferente...

Aqui também há pessoas que fazem de Santa Comba Dão um lugar especial, há pessoas que lutam por um concelho melhor, por mais infra-estruturas, por mais valor, enfim por mais para esta terra que já ganhou o epíteto de princesa do Dão...

Perdeu-se, há cerca de um mês, uma dessas pessoas, dissemos adeus a Mário Ribeiro de Azevedo...

Dissemos adeus a um homem que passou parte da sua vida entregue a grandes causas: os Bombeiros Voluntários foram disso o maior exemplo.

A par desse serviço tão nobre o seu dia a dia foi sempre preenchido com a ajuda aos demais parecendo estar sempre em missão...

Na história de Santa Comba Dão fica também a história de Mário Ribeiro de Azevedo!

E por tudo isso será lembrado...

Mas a vivência deste Homem merece mais do que isso; ele fez tanto pela nossa terra que merece um gesto que o perpetue...

Por isso, em nome da Bancada do Partido Social-democrata, sugiro ao executivo e à comissão de toponímia a atribuição do nome de Mário Ribeiro de Azevedo a uma das ruas da nossa cidade. Desta forma homenageamos um homem cuja vida foi posta ao serviço dos outros!

Hocetis oppositio  
de incommodidade de  
acções ordinárias de A.  
Municipal de S Comba Dão a  
14/2/2012 o 15 Condições a

ANEXO Nº 2

JTB JMC

A reorganização do mapa judiciário vai trazer alterações relevantes no plano nacional que serão projectadas, também, para a comarca de Santa Comba Dão.

Dada a particular relevância de tal assunto e as áreas de incidência das matérias que deixarão de ter acolhimento na nossa comarca, mostrar-se-á importante uma tomada de posição por parte deste órgão autárquico.

Na verdade as medidas previstas implicarão uma franca redução das áreas de Direito susceptíveis de serem dirimidas no Tribunal de Santa Comba Dão, passando a ser o Tribunal de Viseu a ter legitimidade para as julgar.

A saber:

- 1- Matérias relativas à jurisdição de Família e Menores.
- 2-Acções executivas.
- 3-Insolvências e comércio.
- 4-Acções cíveis ordinárias.
- 5-Processos comuns colectivos.

Residualmente ficará pois o tribunal confinado a questões de pequena instância cível e aos processos-crime comuns singulares, reduzindo de 2 para 1 juízo e de 17 para 7 funcionários.

O número de habitantes dos três concelhos que constituem a comarca de Santa Comba Dão, a faixa etária predominante da população, as distâncias e meios de transporte entre os 3 concelhos e Viseu e custos previsíveis dessas mesmas deslocções, que sem, ainda, dados concretos, sabemos que serão absurdos para muitas famílias carenciadas destes concelhos, terão que ser factores fundamentais para a reanálise desta reforma.

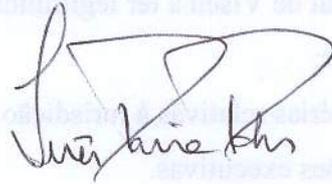
A incomodidade das medidas, para além do facto de se minorizar um tribunal com tradição e provas dadas ao longo dos anos na boa administração da Justiça e por onde passaram excelentes Juizes, magistrados do MP e funcionários, que agora serão colocados noutras comarcas com prejuízo para os conceitos de experiência e saber, prende-se com o facto de termos na comarca um forte pendor ao nível da litigância de família e menores e de se tratarem de situações prevalentemente suscitadas no seio de famílias muito carenciadas, não sendo a isso alheio o facto de 60% dos advogados da comarca estarem inscritos no regime de acesso ao direito.

Mostra-se pois de crucial importância uma tomada de posição pública por parte deste órgão autárquico, apelando às autarquias de Carregal do Sal e Mortágua, a mesma tomada de posição, dirigindo-a à Delegação da Ordem dos Advogados na comarca e ao

Ministério das Justiça, a fim de que seja reconsiderada a posição actual do Governo, no que à comarca de Santa Comba Dão diz respeito.

Neste sentido apresento a votação esta moção através da qual se pretende que este órgão autárquico tome posição perante o Ministério da Justiça neste assunto de relevante interesse para a autarquia, nos termos da alínea o), do n.º1, do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão.

Muito obrigada.



*Aprovado na  
reunión de A. Municipal  
de S. Comba Dão de 17/02/2012  
O Secretário*

*ANEXO N.º 3*



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PROPOSTA**

**VOTO DE PESAR**

A Assembleia Municipal de Santa Comba Dão em reunião ordinária de 17/02/2012, propõe um voto de pesar pelo falecimento do ilustre Santacombadense Sr. MANUEL AUGUSTO CORDEIRO COSTA, guardando também em sua memória um minuto de silêncio.

Dedicou parte da sua vida no cumprimento de missões ao serviço da comunidade realçando-se a sua passagem por esta Assembleia Municipal de que foi Deputado e Presidente da Mesa.

Serve o presente voto de pesar para prestar uma sentida homenagem ao cidadão MANUEL AUGUSTO CORDEIRO COSTA e para enviar à sua família as mais Sentidas Condolências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL